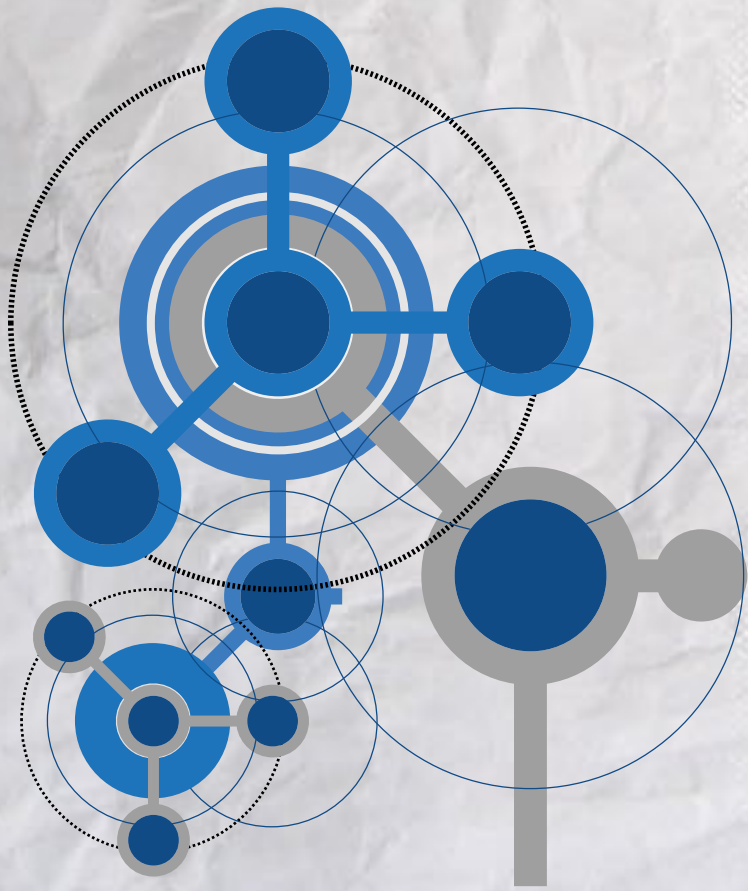


EDITORIAL



Comunicando saúde

Na fase de convocação da comunidade acadêmico-científica e dos profissionais das áreas de comunicação e saúde para enviarem estudos e pesquisas sobre esses campos e suas interfaces, obtivemos um altíssimo retorno. Isto nos leva a concluir que são muitos os profissionais da comunicação que estão pesquisando e se dedicando às interfaces das duas áreas. Foram recebidos mais de sessenta *papers*, dos quais, segundo os critérios da revista, 23 foram aprovados por um comitê avaliador, de acordo com o sistema de *peer-review*. Diante disso, a comissão editorial e o comitê executivo de *Organicom* decidiram fazer uma edição especial sobre essa temática, integrando os números 16 e 17, relativos ao ano 2012. No total esta edição traz 27 textos, distribuídos pelas seções do dossiê, da entrevista, da pesquisa e das resenhas.

Dar e receber assistência médica de qualidade é um direito de todos. Com certeza todos os cidadãos brasileiros já repetiram essa frase muitas vezes. A saúde sempre fez parte do tripé que define o desenvolvimento de um país, juntamente com a educação e o trabalho. Porém, em um país com dimensões continentais como é o caso do Brasil, a área da saúde não consegue chegar com excelência a todos os rincões do território nacional. Usado politicamente como estratégia de campanha, a saúde acaba sendo ré e algoz dos que dela dependem.

A saúde deve ser entendida como um conceito positivo, um recurso cotidiano que implica um estado completo de bem-estar físico, social e mental e não apenas a ausência de doença e/ou enfermidade conforme preconizou a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1993. Neste caso, o Estado tem a obrigação de promover a saúde, possibilitando a todos os cidadãos terem acesso aos recursos necessários, seja hospitalar ou de atendimento médico, sempre tendo em vista a promoção da saúde como um processo educativo.

A medicina, por sua vez, não é apenas uma ciência, mas também uma arte, conforme texto de Dr. Antonio Carlos Lopes, diretor da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 17 de julho último. Pode ser entendida como uma modalidade de trabalho social instituída como profissão e também é legitimada como uma instituição social a serviço da humanidade.

Referência na América Latina e – por que não dizer? – no mundo, a medicina praticada no Brasil é reconhecida pela alta especialização de seus médicos, assim como pela excelente infraestrutura de hospitais em algumas regiões do país. De acordo com o Institute for Scientific Information (ISI), entre as áreas do conhecimento com maior produção científica no Brasil, a medicina responde por aproximadamente 25% das publicações brasileiras, indexadas no ISI nas últimas duas décadas. Esses resultados, se comparados aos serviços de saúde oferecidos à população, nos levam a inferir que existe um desequilíbrio entre a qualidade dos profissionais, principalmente dos médicos, e o serviço oferecido aos cidadãos em geral.

Em 2012 foram contabilizados pelo Ministério da Educação (MEC) 188 cursos de medicina cadastrados. Até a década de 1950 havia 27 escolas médicas no país e, na década de 1990, já eram 103. Em 2008 eram 175 os cursos, dos quais 104 privados e 71 públicos. Se compararmos com o cenário internacional, verificamos que na China existem 150 cursos de medicina para uma população de mais de 1,3 bilhão de habitantes, enquanto que os Estados Unidos, que têm mais de 300 milhões de pessoas, contam com 131 faculdades de medicina. Se analisarmos o número de escolas de medicina por habitantes, concluiremos que, teoricamente, o Brasil deveria ser um país com alto índice de excelência do sistema de saúde e com uma população totalmente atendida, uma vez que a proporção de número de escolas de medicina *versus* população é menor que nos países mencionados, China e Estados Unidos.

Diante disso, várias perguntas desafiam nosso entendimento. O que acontece com o sistema de saúde no Brasil? Ao contamos com mais escolas de medicina que na China, por que ainda passamos por graves problemas na área da saúde? E, para completar o quadro, entra em questão, nesse contexto, a comunicação como um campo de conhecimento que está presente em todas as interações das pessoas e que confere a possibilidade de dar significado às situações. O processo de comunicação se dá à medida que as pessoas constroem, compartilham, discutem e trocam significados, tornando-se capazes de elaborar uma narrativa, fruto de suas relações, que reforçam seu território de credibilidade e, portanto, redefinem seu espaço de competências e metas, conforme escrevemos em nosso livro *Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos* (2011).

...

Há aproximadamente duas décadas se iniciou um diálogo acadêmico no Brasil para estudar a saúde e a comunicação como duas áreas extremamente vinculadas e intrínsecas em seu pensar e fazer. Segundo José Marques de Mello e outros, na obra *Mídia e saúde* (2001), naquela época evidências robusteciam a hipótese de quanto melhor e mais intensa era a comunicação coletiva sobre as questões da saúde pública, menor seria o dispêndio estatal com a rede hospitalar e outros recursos de natureza curativa.

A Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) adotou, em seu Programa de Pós-Graduação, a linha de pesquisa Comunicação e Saúde, que teve como primeiro coordenador o Prof. Dr. Isaac Epstein. Esse renomado pesquisador já havia incursionado nesse segmento temático quando foi diretor científico da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), de 1985 a 1987. Na época coordenou um colóquio com médicos e jornalistas para discutir as implicações contemporâneas da medicina.

Posteriormente, em 1998, concomitantemente com a instalação da Cátedra Unesco-Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, se criaria, sob a coordenação de Epstein, a Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde (ComSaúde). Essa entidade assumiu a variável saúde como requisito para transformar a comunicação de massa em alavanca essencial do desenvolvimento das regiões incrustadas no território nacional, como mostra a obra citada de Marques de Melo. E, a partir daí, a cátedra passou a promover conferências e publicações anuais de comunicação e saúde. De lá para cá os estudos dessas áreas tiveram um grande avanço, o que contribuiu sobremaneira para incrementar e consolidar o diálogo entre comunicadores e especialistas.

Nosso destaque inicial é exatamente para o artigo, reproduzido na seção “Espaço aberto”, de Isaac Epstein, iniciador do diálogo acadêmico sobre a comunicação e saúde. Em sua reflexão,

o professor examina a problemática da comunicação pública da ciência. Seu texto é um avanço para as novas gerações de cientistas e jornalistas com o objetivo de desenvolver uma sensibilidade para compreender os novos rumos entre a comunicação e a saúde.

...

Voltando à relação entre qualidade da saúde e população brasileira, vemos que em muitas ocasiões o relacionamento humanizado e baseado na comunicação transparente deixa a desejar. Isto em razão do grande número de pessoas que procuram a rede pública de saúde, do reduzido número de ambulatórios e hospitais nas diferentes regiões do país e dos baixos salários pagos a médicos e outros especialistas. Enfim, há uma imensa lista de justificativas que demonstram que a atenção médico-paciente precisa ser melhorada. Deixando as justificativas de lado, a humanização da saúde e o relacionamento médico-paciente devem ser encarados como uma filosofia que permeie todo o tipo de atendimento, seja na rede pública ou na privada.

Assim, um ponto relevante que exploramos no dossiê sobre comunicação e saúde, na presente edição de *Organicom*, é a relação médico-paciente, vista como uma interação que envolve confiança e responsabilidade entre as partes. Esse relacionamento geralmente ocorre no momento em que as duas pessoas estão em desigualdade de condições: de um lado o médico como um especialista que deve interagir de forma equilibrada e interativa; do outro, o paciente tenso, nervoso e inseguro quanto ao diagnóstico que irá receber.

Mas, antes de entrarmos no mérito do dossiê sobre comunicação e saúde, queremos ressaltar a entrevista que, a propósito disso, nos foi concedida pelo ministro da Saúde do Brasil, Dr. Alexandre Padilha. Ele nos esclareceu como funciona o Sistema Único de Saúde e como as campanhas e outras iniciativas da área têm sido gerenciadas por ele e sua equipe. Em suas respostas às nossas perguntas, ficou claro que, na relação médico-paciente a comunicação, o acolhimento, a humanização são elementos vitais para o êxito de qualquer tratamento de saúde. A qualificação técnica e profissional do Dr. Alexandre Padilha, evidenciada em seus comentários, o credenciam plenamente como gestor de um dos mais importantes ministérios do governo, representado pela pasta da Saúde.

Para explicar como a comunicação tem sido incorporada no dia a dia de seu trabalho, tivemos a satisfação adicional de obter uma entrevista também com o Prof. Dr. David E. Uip, referência na área de infectologia no Brasil. Entre suas funções como diretor técnico do Hospital Emilio Ribas, professor universitário e médico de personalidades de vários setores da sociedade, ele nos mostrou como conseguiu angariar credibilidade nos meios de comunicação e em outros setores da sociedade. Sua opinião é respeitada e aceita, o que faz dele um comunicador por natureza, como podemos observar em sua entrevista.



Com certeza os leitores receberão uma verdadeira aula dos dois entrevistados, sobre como os médicos e demais especialistas estão trabalhando para humanizar a relação médico-paciente. Também são importantes os depoimentos de ambos sobre o uso das mídias sociais para aumentar a transparência e a ética na prática da medicina.

...

O dossiê propriamente dito conta com dezessete artigos sobre as mais variadas temáticas da área de comunicação e saúde

Reflexões sobre a comunicação e a saúde foram exploradas por Mónica Petracci, da Argentina, e Maria Rosana Ferrari Nassar da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp). As autoras tratam a questão da comunicação como campo de conhecimento e como prática cotidiana de relacionamento na interface com a saúde. Por um lado, Mónica explora o contexto da saúde no país vizinho enquanto Maria Rosana apresenta os frutos de seu trabalho de mais de vinte anos de atuação na área.

Outro tema discutido é a comunicação sobre a prevenção da dengue, articulado por Inesita Soares de Araújo, coordenadora do GT Comunicación y Salud da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic). Ainda na linha das campanhas, José Luiz Gomes Júnior e Leandro Leonardo Batista discutem resultados obtidos com a realização de experimento cujo objetivo esteve em avaliar efeitos imediatos associados ao conteúdo de peças selecionadas. Eles analisam os efeitos do conteúdo na percepção do público das campanhas de saúde pública.

Arquimedes Pessoni aborda a questão da comunicação para a saúde em ambientes colaborativos, defendendo o empoderamento dos pacientes na discussão sobre doenças por meio do uso das redes sociais. O texto discute o empoderamento por parte do paciente no novo ambiente comunicacional 2.0 que impacta as relações com os profissionais de saúde, os quais passam a ter menos controle sobre as ações dos pacientes.

O tema comunicação, saúde e humanização é desenvolvido ao longo de quatro artigos. Denise Werneck Carvalho, Guilherme Vilar e Maria Teresa Marins Freire tratam de analisar o binômio comunicação-saúde sob a perspectiva do agir comunicativo de Jürgen Habermas. Em um país com cerca de 191 milhões de habitantes, a comunicação deve subsidiar as políticas públicas de promoção da saúde, para tornar democráticas as práticas gerenciais e sanitárias.

Nessa mesma linha Marisa Romagnoli e Maria Teresa Miceli Kerbauy avaliam a influência da cultura e dos vínculos organizacionais na percepção do processo comunicativo entre um hospital universitário público e seus usuários, bem como as estratégias utilizadas para superar dificuldades nesse diálogo. Elas mostram ainda como o diálogo é percebido num cenário marcado por



elementos afetivos como idealização da organização, identificação com ela como membro ativo e solidariedade.

A comunicação na implementação da política nacional de humanização no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo é o artigo que Maria Aparecida Silva Rodrigues apresenta, como resultado de sua monografia de especialização. Completando essa temática, Daniel de Figueiredo e Estefânia Salmoria exploram o conceito de humanização e as implicações que esta produz tanto na relação funcionário-paciente, quanto na relação funcionário-funcionário. Eles demonstram a relação intrínseca que há entre a humanização e a comunicação, utilizando como embasamento o exemplo do HumanizaSUS, programa integrante do sistema de saúde do Brasil.

Temas atuais que se acham em bastante evidente entre nós aparecem em três trabalhos: o tabagismo, a aids e a gravidez na adolescência. Raphael Silva S. Oliveira Carvalho Boanerges Balbino Lopes discutem o tabagismo, traçando um diálogo com o discurso do Ministério da Saúde. Daniela Savaget Barbosa Resende e Valdir de Castro Oliveira refletem sobre comunicação e mediações em aids, lançando um olhar sobre o silêncio e o silenciamento no universo feminino dessa epidemia. Sônia Schena Bertol discorre sobre como a gravidez na adolescência tem sido tratada pela mídia impressa.

A mídia, a publicidade e a comunicação organizacional foram temas abordados por cinco artigos, mostrando que a comunicação tem um espaço garantido na área da saúde. Angela Lovato Dellazzana trata de um levantamento bibliográfico das pesquisas publicadas em 2011 com o tema comunicação e saúde, nos portais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Asdrúbal Borges Fromiga Sobrinho avalia a relevância de uma publicidade saudável na comunicação pública brasileira, enquanto Simone Alves Carvalho aborda os desafios da comunicação interpessoal nesse mesmo campo. As jornalistas Lilian Mourão Bahia Maria Ângela Mattos discutem o papel dos observatórios de mídia em geral e da saúde em particular, para a melhoria do tratamento jornalístico de matérias sobre a temática. Por fim, Isaltina Gomes e Luiz Marcelo Robalinho analisam os conflitos na relação por vezes conflituosa entre mídia e governo na divulgação de doenças.

...

A seção de pesquisa, que nesta edição pode ser vista como uma segunda parte do dossiê, apresenta seis investigações produzidas no Brasil, em Portugal e no México. Os autores mostram a riqueza da abordagem de assuntos relevantes para a comunicação da saúde, assim como o tratamento dado por eles pela mídia.

Do Brasil, Paulo Roberto de Souza e Marco Antônio Mendes Rocha, da Pontifícia Universidade



Católica de Campinas (Puccamp), analisam os aspectos bioéticos inerentes às propagandas de serviços médicos especializados na internet. Os autores fizeram um levantamento no Google de propagandas de serviços médicos especializados do Estado de São Paulo, de outubro de 2008 a julho de 2009. Para eles, a propaganda médica é um tema controverso em todo o mundo. O médico tem legítimo direito de propagar suas atividades profissionais, mas deve conservar-se dentro dos limites éticos.

Mônica Farias dos Santos, pesquisando a saúde para além da medicina, mostra como e por que os enfermeiros paulistas e seu órgão representativo, o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP), são invisíveis como fontes para imprensa especializada do estado.

Djalma José Patrício aborda a percepção visual dos deficientes auditivos quanto às técnicas utilizadas em campanhas publicitárias. Os resultados da pesquisa indicam que os deficientes auditivos são consumidores que necessitam de estímulos adequados e de reforço positivo para facilitar a comunicação entre si e com os “ouvintes”, mas também para prover estímulos que despertem o comportamento de compra.

E, ainda analisando a mídia, Eliana Martins Marcolino e José Edgard Rebouças realizaram uma análise de conteúdo da cobertura do tema drogas em dois jornais da cidade de Vitória (ES), *A Gazeta* e *A Tribuna*. As matérias selecionadas compreendem o período de 1º a 31 de julho de 2010. Duas questões básicas constituem o problema de pesquisa: como os jornais capixabas abordam o tema; e como o divulgam envolvendo crianças e adolescentes.

De Portugal contamos com a pesquisa de Felisbela Lopes, Sandra Marinho, Teresa Ruão, Luciana Fernandes e Sofia Gomes sobre transplantes, com base em fatos declinados por fontes oficiais. O trabalho, que faz parte de uma investigação mais ampla iniciada em 2008, já tinha reunido, até o final de 2011, uma amostra de 6.305 artigos noticiosos sobre saúde publicados na imprensa generalista portuguesa. E, do México, Janet García apresenta sua pesquisa sobre diferenças e pontos de acordo no marketing social na saúde de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos e no México.

...

Encerram esta edição de *Organicom* três resenhas de obras recentes que enriquecem a área da comunicação. Carolina Terra comenta *Estratégia em mídias sociais: como romper o paradoxo das redes sociais e tornar a concorrência irrelevante*, de Fábio Cipriani. Destaque para a análise de cases de empresas reais realizada pelo autor. O livro destina-se a estudantes e profissionais de comunicação que desejam entender o cenário da comunicação digital e conhecer um pouco do ferramental disponível para aplicação prática das mídias sociais.

Adriana Amado, professora da Universidad de La Matanza, de Buenos Aires, apresenta o livro



Relaciones públicas: naturaleza, función y gestión en las organizaciones contemporáneas, de Maria Aparecida Ferrari e Fábio França. A resenhista ressalta a contemporaneidade da obra no idioma castelhano, uma vez que ela traz as mais recentes teorias de relações públicas desenvolvidas nos últimos anos, além de contextualizar a atividade na América Latina.

Por fim, ampliando ainda mais o conteúdo essencial que perpassa toda esta edição da revista, a resenha que Ianina Lois faz de *Comunicación y salud en Argentina*, organizada por Mónica Petracci e Silvio Waisbord. Tratando da saúde como fenômeno social, a obra discute o complexo vínculo entre saúde e comunicação a partir de conceitos, experiências empíricas e diferentes perspectivas e abordagens.

Finalizando, só nos resta agradecer sinceramente a todos os pesquisadores e acadêmicos das áreas da saúde e da comunicação que atenderam prontamente ao nosso convite com seus artigos e suas pesquisas. Tudo isso reforça o sentimento, praticamente já generalizado, de que a interface entre saúde e comunicação é intrínseca ao nosso ser e fazer. Cabe a todos nós, pesquisadores, profissionais, estudantes e leitores, assim com aos membros da comissão editorial e do comitê executivo da revista, cuidar de forma planejada da continuidade e da consolidação desse diálogo entre as duas áreas.

Maria Aparecida Ferrari
Coordenadora do dossiê

